

FATORES ENTRE AS RAZÕES ESTÃO A MÁ FORMAÇÃO DE PROFESSORES, A DIFICULDADE DE ACESSO A RECURSOS DIDÁTICOS E AO POUCO ESTÍMULO DA FAMÍLIA

Por que os estudantes da rede pública não chegam lá

Poucos buscam o curso superior; eles não chegam a 35% dos aprovados na Ufes

CARLA NASCIMENTO, CIDA ALVES, ELAINE VIEIRA E ELISANGELA BELLO

Os alunos de escolas públicas são maioria no último ano do ensino médio, no entanto, apenas 33% tentam vestibular. No universo de aprovados na Ufes eles não chegam a 35%. Esse resultado, segun-

do profissionais da área de educação, é a soma de fatores que incluem a má formação de professores, a dificuldade de acesso a recursos didáticos e ao pouco estímulo da família.

O coordenador-geral do Projeto Universidade Para Todos (PUPT), Luciano

Forrechi, ressalta que os alunos concluem o ensino médio em escolas públicas com pouco conhecimento de disciplinas específicas como Biologia, Química e Matemática. "Muitas escolas públicas não contam com professores formados. A qualidade do ensino raramente é cobrada", opina Luciano.

Ele também destaca que os estudantes da rede pública não têm acesso à tecnologia como nas escolas

particulares. Muitas vezes, importantes ferramentas de ensino, como Internet e TV, não fazem parte da realidade desses estudantes.

Para ele, o sistema de cotas fará com que famílias de classe média confiem seus filhos à escola pública e passem a cobrar mais qualidade no ensino. "Culturalmente, as classes D e E não discutem tanto, não cobram tanto seus direitos. Já a classe média não é de ficar calada diante

da injustiça", comenta.

MERCADO DE TRABALHO. Segundo dados da Secretaria Estadual de Educação (Sedu), em 2005, cerca de 46 mil alunos concluíram o ensino médio no Espírito Santo. Destes, apenas dez mil estudaram na rede privada de ensino. No entanto, essa minoria das escolas particulares não perde a chance de tentar o vestibular, enquanto os ex-alunos da rede pública, muitas vezes, preferem enfrentar o merca-

do de trabalho.

No vestibular de 2007, 63,4% dos alunos aprovados fizeram o ensino fundamental predominantemente em escolas particulares, enquanto 35,4%, o fizeram em escolas públicas.

Com relação ao ensino médio, a maioria (63,3%) cursou todo ou a maior parte dele em escola particular. Dezesete por cento dos alunos cursaram o ensino médio nas escolas estaduais, e 16,3% das federais.

Os seis obstáculos

1 Baixa remuneração do professor

A baixa remuneração afeta diretamente o desempenho dos professores da rede pública. "Dia desses, um professor foi a uma feira de literatura e viu vários livros que poderiam ajudá-lo a preparar as aulas, mas ele não tinha dinheiro para comprar nenhum", exemplifica o diretor do Colégio Estadual, Eliotério Quinelato. Hoje, 51% dos 22 mil professores da rede pública trabalham

2 Falta motivação aos alunos

No ano passado, 16% dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos deixaram as salas de aula. No Estado, segundo a Secretaria Estadual de Educação (Sedu), o índice foi de 7,95%, menor que em 2001, quando chegou a 9%. Pior do que a quantidade que ficou pelo caminho é o motivo pelo qual decidiram parar: 40,44% alegaram falta de vontade de assistir às

3 Faltam estrutura e tecnologia

A falta de acesso à tecnologia e até mesmo a estruturas básicas, como fotocópias, ainda é realidade nas escolas públicas. Um levantamento feito em março deste ano, mostrou que apenas 130 das 332 escolas que têm computador estão ligadas à Internet. Isso sem contar que 265 unidades ainda nem podem contar com o aparelho. "Enquanto os alunos de escolas particulares es-



CORO. Os colegas Tallyta Pereira de Assis, Lucas Maia de Oliveira e Thanísia de Almeida, alunos do 2º ano do Colégio Estadual, concordam que é preciso investir no ensino básico. FOTO: CARLOS ALBERTO DA SILVA

mil professores da rede pública trabalham por designação temporária. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado (Sindiupes), Swami Bérغامo, confirma que a falta de investimento no profissional e no material oferecido aos alunos é um dos fatores responsáveis pela diferença entre alunos de escolas públicas e privadas. Para Luciano Forechi, do Projeto Universidade para Todos, "na rede pública o professor não se interessa e nem tem como inovar as aulas".

70,44% alegam falta de vontade de assistir às aulas. Segundo o Inep, três em cada quatro jovens pesquisados não concluíram o ensino fundamental. A maioria conseguiu chegar à 5ª série, uma etapa crítica para o interesse do aluno. O próprio secretário estadual de Educação, Haroldo Corrêa, assume a deficiência. "A escola tem que se tornar contemporânea, e largar esse modelo tradicional que ainda hoje predomina na rede estadual. Vamos mudar isso com a expansão das escolas modelo".

de escolas particulares estudam com o computador e apresentam seus trabalhos em versões multimídia, a rede particular ainda entrega a seus alunos provas cheirando a álcool por causa do mimeógrafo", diz o coordenador do cursinho Universidade Para Todos, Luciano Forechi. Para ele, a falta de acesso a esses recursos, além de prejudicar o aprendizado, desestimula os alunos a continuarem na escola. "Isso alimenta o senso comum de que todas as escolas públicas são ruins, o que sabemos que não é verdade, pois há exceções".

Divergências também entre estudantes da rede pública

Apesar de estudarem na mesma escola, eles têm opiniões diferentes sobre o sistema de cotas adotado

A discussão sobre as cotas gera divergências até mesmo entre estudantes da rede pública. A aluna do 2º ano do Colégio Estadual Tallyta Pereira de Assis é contra o sistema. "Acho que essa também é uma forma de discriminação. Prefiro acreditar na capacidade das pessoas, afinal, o aluno é o maior responsável pelo seu desempenho escolar", afirma ela, que tem um irmão que passou em 1º lugar para História na Ufes.

Seu colega de turma Lucas Maia de Oliveira já pensa o contrário. "O ensino público é precário e essa é a única forma de dar oportunidades para quem teve educação de qualidade negada por toda a vida", alega.

Eles destacam que também é urgente investir na educação de base para que as cotas não sejam mais necessárias. A colega Thanísia de Almeida faz coro. "As cotas têm que ser temporárias, porque senão vão virar uma muleta e vai servir só para ocupar cadeira", alerta.

DIFERENÇAS. Lucas quer fazer Biologia, mas não quer lecionar, pretende se voltar para pesquisas. "Não vale a pena ser professor na rede pública.

Não há reconhecimento e os melhores são logo levados para as escolas privadas".

Na 8ª série, quando fazia um curso preparatório para o Cefetes, Lucas sentiu na pele a defasagem de ensino. Lá no curso eles passavam coisas das quais eu nunca tinha ouvido falar na escola e quando ia perguntar a algum professor, ele nem sabia do que se tratava", lembra.

A diferença também ficou nítida para Tallyta, quando ela passou um ano na rede particular. "Saí da 8ª série pública para o 1º ano privado, mas eu não tinha muitos conteúdos que eram cobrados lá, então acabei reprovando, porque não consegui acompanhar a turma", conta.

4 O efeito das greves sucessivas

"No ensino fundamental, peguei cinco greves. Por isso, fiquei um ano atrasada, porque o calendário nunca batia com o final do ano". A situação vivida pela estudante Tallyta Pereira de Assis, hoje com 16 anos e aluna do 2º ano no Colégio Estadual é comum a muitos estudantes e pode voltar a acontecer. Ontem, professores do Sindiupes se reuniram para reivindicar a reposição salarial, estimada em 32%. Uma nova assembléia está marcada para o dia 30, com a possibilidade de um indicativo de greve. A última greve na rede aconteceu em 2002 e durou 87 dias, mas as redes municipais continuam sofrendo paralisações constantes. Até 2002 foram 15 anos consecutivos de greves na rede pública, o que prejudicou o calendário, deixando alunos de fora do vestibular. Para igualar os anos letivos, algumas escolas optaram pela aceleração dos dias letivos, que envolvia a omissão.

5 Família nem sempre apóia

O apoio da família é fundamental para o desenvolvimento do aluno. Entre os membros da classe média, é comum observar pais que pagam aulas extras para o filho que já estuda em escola particular. No entanto, entre as famílias de origem popular, muitas vezes, a educação é deixada para segundo plano. Para o Sindiupes, a condição social das famílias dos estudantes influencia diretamente no fato de eles estarem em desvantagem na disputa por vagas na Ufes. "O desemprego é um problema entre os pais, que não têm como estimular os filhos, como acontece na classe média. O direito ao lazer, à cultura, aos livros muitas vezes não é prioridade. O irmão mais velho tem que cuidar dos menores, e muitas vezes tem que estudar à noite porque antes de terminar o ensino precisa trabalhar", citou o diretor de comunicação Swami Cordeiro Bérغامo.

6 Menos tempo para estudar

Enquanto muitos alunos de escolas particulares estudam em tempo integral, alunos de escolas públicas, muitas vezes, conhecem o mercado de trabalho. A pedagoga Márcia Izabel Coutinho atua em escolas de rede pública e afirma: "Atividades como limpar o quintal por uns trocados e fazer frete na porta dos supermercados complementam a renda familiar, mas impedem que eles dediquem mais tempo aos estudos". O coordenador-geral do Projeto Universidade Para Todos (PUPT), Luciano Forrechi, também ressalta que os alunos das escolas públicas têm que se dedicar mais no pré-vestibular para recuperar o tempo perdido. "Muitos aprendem o conteúdo das disciplinas por meio da apostila do cursinho. Assim, em apenas poucos meses têm que aprender, enquanto os alunos da rede privada apenas revisam".



Falta estrutura

SOBRA VONTADE. Animados com a possibilidade de ocupar vagas em dois concorridos cursos da Ufes, Engenharia Elétrica e Direito, os estudantes Joci-mar Nazareno e Rayanne Cordeiro criticam a falta de estrutura da rede pública. "Temos a mesma capacidade, mas não os mesmos recursos. O que nos sobra é vontade de crescer, sempre impulsionados pelo apoio da família, mas muitos de nós não têm a mesma sorte", destaca Joci-mar.

FOTO: CARLOS ALBERTO DA SILVA

AMPLIAÇÃO GARANTIRÁ O AUMENTO DAS COTAS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 33/2007

Universidade vai oferecer cinco novos cursos até 2009

Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Dança e nova modalidade de Educação Física

CARLA NASCIMENTO

Os candidatos do VestUfes 2008 podem se deparar com uma opção a mais de curso: bacharel ou graduação em Educação Física. Os alunos serão preparados para trabalhar em academias e outras empresas, ao contrário do curso atual – de licenciatura – que só forma professores.

A previsão para o próximo ano é que sejam criados outros quatro cursos. A expansão de vagas é um dos critérios para o aumento progressivo das cotas.

O debate sobre o sistema de cotas mobilizou estudantes de escolas públicas e particulares que participaram de uma audiência pública na Assembléia Legislativa, ontem pela manhã.

O diretor do Centro de Educação Física da Ufes, Valter Bracht, ressalta que a proposta existe desde 2005, mas só ago-

ra foi aprovada. Ainda hoje a universidade avalia se será possível incluir o curso, que prevê 80 vagas para o período noturno, ainda nesta seleção.

“O aluno será capacitado em dois campos: atividade física de saúde ou esporte e lazer. Ele poderá trabalhar em academias, clubes e outras instituições”.

Em 2009 a oferta de novos cursos deverá ser ainda maior. O professor Antônio Carlos Moraes conta que há processos em andamento para a criação dos cursos de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição (no campus

de Vitória) e Dança. Segundo ele, a previsão é cada curso tenha 80 vagas.

De acordo com a Resolução 33/2007, que regulamenta o sistema de cotas, a ampliação das cotas está condicionada ao aumento do número de novas vagas.

Para as cotas passarem de 40% para 45%, em 2009, é preciso que cada curso tenha um aumento de 30% sobre o total de vagas. Em 2010, o número de vagas deve ter aumentado em 50% para que a reserva de vagas chegue a 50%.

Mais sobre cotas na página 6

Ufes de São Mateus perde alunos para Vitória

A unidade da Ufes em São Mateus perde alunos para o campus de Vitória. Essa é a justificativa que o professor Antônio Carlos Moraes dá para a evasão escolar na região. Segundo ele, muitos alunos da unidade de São Mateus abandonam o curso quando aprovados no vestibular da Ufes em Vitória. Durante a audiência pública realizada na Assembléia Legislativa, ele chegou a afirmar que o curso de

Engenharia de Petróleo é um dos mais prejudicados. No entanto, depois admitiu que o problema atinge todos os cursos da região. Ele não soube informar o índice anual de evasão. “Apesar do problema, nenhum curso corre o risco de ser fechado. Mas é uma pena, é dinheiro público sendo jogado fora”, comenta o professor. Nenhum representante da unidade foi encontrado para comentar o assunto.



PARTICIPAÇÃO. O debate sobre o sistema de cotas mobilizou estudantes de escolas públicas e particulares que participaram de audiência pública na Assembléia Legislativa, ontem. FOTO: GILDO LOYOLA

Escolas apontam brechas

Diretor do Leonardo da Vinci diz que candidato pode declarar renda inferior para entrar na cota

Com as regras do sistema de cotas definidas, representantes de escolas particulares e pré-vestibular questionam a eficiência e legalidade da medida. José Antônio Pignaton, diretor do Leonardo Da Vinci, adianta que muitos estudantes podem se sentir prejudicados e entrar na Justiça. Mas ele também

prevê outros impasses. "Na inscrição o candidato só precisa comprovar a escolaridade e assinalar a intenção de participar do sistema de cotas. Como a universidade vai convocar essas pessoas para a segunda etapa, sem ter certeza de que elas se enquadram nos critérios de renda familiar exigidos (até sete salários mínimos)?"

Além disso, ele acredita que alguns candidatos podem tentar fraudar o sistema, que exige a declaração de Imposto de Renda. Segundo ele, alguém pode agir de má-fé, declarando

renda inferior à permitida e, depois, emitir retificação.

Outro que lamenta a reserva de vagas para é o diretor-geral da Contec, Fernando Cobe. "Acho um absurdo essa decisão ser tomada faltando poucos meses para o vestibular. É um desrespeito". O professor Antônio Carlos Moreira diz que os casos omissos serão avaliados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e que a Comissão Coordenadora do Vestibular irá garantir mecanismos de acesso aos cotistas ao processo seletivo.

Ufes volta a fazer seleção para formação de oficiais

Mas o curso é o único do VestUfes a não ter reserva de vagas para alunos de origem popular

Depois de cinco anos, o VestUfes 2008 voltará a selecionar alunos para o Curso de Formação de Oficiais (CFO). Esse será o único curso que não terá reserva de vagas para alunos de origem popular.

A justificativa para a ausência de cotas é que o curso não é oferecido pela Ufes, mas sim pelo Corpo de Bombeiros. Segundo o tenente-

coronel Samuel Rodrigues a seleção é considerada um concurso público, embora seja feita em parceria com a universidade.

"O vestibular da Ufes serve para aplicar a prova intelectual. Depois os candidatos terão que passar por outras avaliações como exame físico, psicotécnico, entre outros", explica.

CONCORRÊNCIA. Serão apenas cinco vagas, mas a concorrência é grande. O motivo é simples: os alunos recebem uma bolsa em dinheiro. No primeiro ano de curso, a remuneração média do cadete é de R\$

1.622,00, no segundo ano sobe para R\$ 1.805,00 e no terceiro para R\$ 1.983. Após a formação, o aluno recebe a patente de aspirante-oficial com uma remuneração média inicial de R\$ 2.354,00.

O tenente-coronel destaca que os candidatos devem conhecer bem as atividades antes de iniciar a carreira. O oficial Bombeiro Militar realiza combate a incêndios urbanos e florestais, salvamento em alturas, atendimento pré-hospitalar, salvamento aquático e mergulho, atendimento a ocorrências de produtos perigosos, defesa civil, entre outras atividades.

SAIBA MAIS

■ **Quem pode fazer.** O candidato deve ser brasileiro nato, do sexo masculino ou feminino, ter idade entre 17 e 25 anos até o dia 31 de dezembro de 2007

■ **Seleção.** Exame intelectual escrito (vestibular 2008 Ufes), exame psicotécnico, exame psicossomático, exame antídoping, exame de saúde, exame físico, exame social

■ **Avaliação escrita.** Os candidatos aprovados para a segunda etapa do vestibular da Ufes terão que responder questões discursivas do grupo A (Física, Matemática e Redação)

■ **Remuneração média.** R\$ 1.622,00 no 1º ano de curso, R\$ 1.805,00 no 2º ano e R\$ 1.983,00 no 3º ano de curso

■ **Carreira.** Depois de formado o participante será decla-

rado aspirante-oficial, com remuneração média de R\$ 2.354,00. Durante um ano após a formatura o aspirante realiza o estágio probatório, e pode ser promovido a 2º Tenente. O plano de carreira prevê promoções até o cargo de Coronel, cuja remuneração média é de R\$ 6.123,00.

■ **Regras:** serão publicadas no site www.cb.es.gov.br a partir do dia 27 de agosto

A favor

MÁRCIA IZABEL COUTINHO
Pedagoga da rede pública de ensino

Poder aquisitivo faz a diferença

Não acredito que a dificuldade que o aluno de escola pública, muitas vezes, tem de passar no vestibular seja causada pela má qualidade do ensino, visto que muitos professores atuam em escolas públicas e privadas. O aluno da escola pública, normalmente, tem uma condição socioeconômica desprivilegiada em relação ao aluno da escola particular. Não é que a escola ofereça condições ruins de aprendizado, mas muitos alunos trabalham desde cedo. Atividades como limpar o quintal por uns trocados e fazer frete na porta dos supermercados complementam a renda familiar, mas impedem que eles dediquem mais tempo aos estudos. A necessidade de trabalho pode ser observada com mais facilidade em alunos das turmas do período da noite. Outro fator que deixa o aluno da escola pública em desvantagem é que o estudante da escola privada tem acesso a aulas extras, quando encontra dificuldade em alguma disciplina. Além disso, a maioria dos jovens com maior poder aquisitivo faz um curso pré-vestibular, enquanto os que estudam em escolas públicas, geralmente, tentam a seleção logo após a conclusão do ensino médio. O aluno de escola pública ainda tem menos acesso ao conhecimento por meio de Internet, jornais e revistas. Por esses e outros fatores que sou favorável ao sistema de cotas.

Contra

JUSSARA MARTINS ALBERNAZ
Professora da Pós-graduação em Educação

Cota não garante a justiça social

Ex-membro do CEPE, que no ano passado se pronunciou contra o sistema de cotas, externou opinião contra a decisão atual, enfrentando pressões políticas e patulhamento ideológico, daqueles que em tom acusatório chamam os críticos das cotas de "racistas" ou "defensores da injustiça social". A educação de qualidade nunca foi idéia abraçada pela elite política brasileira. Nossos índices educacionais são vergonhosos. Mais de 70% dos brasileiros de 15 a 65 não são capazes de ler criticamente, e muitos cursaram escolas públicas. Esta é a origem do baixo índice de aprovados oriundos do sistema público no vestibular da Ufes. Ao invés de investir no ensino básico, o governo apresenta proposta eleitoral, que visa a garantir falsa inclusão a custo zero, escondendo o pouco apreço pelas universidades públicas, à beira da falência - sem recursos humanos e materiais, e sem poder formar da forma desejável professores para o ensino básico. Não importa se os cotistas terão êxito em um sistema em que as unidades de maior prestígio são altamente excludente, sem livros, professores, bolsas de estudo, espaços adequados e horários flexíveis para os que precisam trabalhar para estudar. Lançar jovens contra jovens, muitos injustamente desfavorecidos pelas cotas, não garante a justiça social. A boa bandeira é a do ensino público básico de qualidade.

Movimento quer cota racial

A reserva de vagas para afro-descendentes foi tema de ato público do Movimento Negro

Manifestantes do Movimento Negro se juntaram ontem mais uma vez para pedir que a reserva de vagas também atinja os afro-descendentes na Ufes. Não há expectativa, porém, de que isso aconteça VestUfes 2008.

Cerca de 200 pessoas participaram do ato público, segundo

informações do Movimento. No final, uma comissão foi recebida pelo ouvidor da Ufes, Carlos Vinícius, que se propôs a entregar o manifesto feito pelo movimento ao reitor Rubens Rasseli, de férias.

Na carta, o movimento pede que a discussão sobre a reserva de vagas para negros e in-

dígenas não seja abandonada, e que eles tenham representantes na comissão permanente de avaliação das cotas, criada para acompanhar os resultados da medida afirmativa.

Apesar da discussão sobre a reserva de vagas ter se tornado numa questão social, o movimento considera que houve pontos positivos. "Toda essa discussão vem do que o movimento fala há 15 anos," afirmou Gustavo Forde, do Centro de Estudos da Cultura Negra.